

## ACORDO PARA RESPONDER À CRISE CLIMÁTICA AVANÇA, MAS DETERMINAÇÕES AINDA SÃO INSUFICIENTES



Manifestantes protestam durante COP 26. Foto: CUT BRASIL

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) esteve presente na COP 26, ocorrida em novembro desse ano, em Glasgow, na Escócia. Neste boletim expomos nossa atuação assim como selecionamos análises e conteúdos considerados relevantes pela nossa Central para acompanhar a discussão desde a perspectiva da classe trabalhadora.

Devido à urgência de uma ação global para conter o avanço da crise climática e enfrentar os seus impactos as COPs se tornam espaços-chaves de discussão mas acompanhamos os mesmos de forma crítica devido às limitações de apresentar soluções reais.

A declarações prévias à realização da COP 26 da Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadores das Américas (CSA) e do Grupo Carta de Belém apontam quais eram as discussões-chave desse ano assim como as principais críticas. Também compartilhamos a agenda sindical para COP 26 da Confederação Sindical Internacional - CSI.

Boa leitura!

Camila Moreno, do Grupo Carta de Belém, afirma que Glasgow colocou o mundo todo no rumo de um pacto verde global e relançou a agenda do desenvolvimento climaticamente sustentável. "Um cenário complexo, especialmente quando conceitos espúrios como o de "emissões líquidas zero" (Net Zero), utilizado pelo próprio Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), colocam as falsas soluções no pacote estrutural de como todas as ações serão implementadas. Nestes termos, com um marco comum e uma abordagem coordenada e sincronizada, aqui em Glasgow parece terem sido finalizados os ajustes para colocar de vez todos os países, do Norte e do Sul em um mesmo trilho com relação ao futuro desenhado pelo Acordo de Paris. Mas que futuro é este?", indaga a pesquisadora.

Já o documento final da Cúpula dos Povos pelo Clima (People's Summit For Climate Justice), afirma que as pessoas estão cansadas de esperar que os governos priorizem as pessoas e o planeta em vez dos lucros, enquanto tantas vidas são impactadas e perdidas.

### LEIA AQUI AS ANÁLISES

- CÚPULA DOS POVOS - <https://bityli.com/lbwjpn>
- CSI <https://bit.ly/3yf9IEI>
- Grupo Carta de Belém: <https://bit.ly/3pEAX0Y>

# SOLUÇÕES REAIS PARA A MUDANÇA CLIMÁTICA FICARAM DE FORA DA COP-26

## \*OPINIÃO

**Daniel Gaio - Secretário Nacional de Meio Ambiente da CUT**

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 26), realizada em Glasgow, na Escócia, no último mês de novembro, reuniu quase 200 países em busca de soluções para a crise climática. O encontro terminou com acordos modestos e, ainda que fosse possível avançar em algumas questões relacionadas à implementação do Acordo de Paris, os resultados da Conferência estão muito distantes das necessidades urgentes que esta crise aponta, principalmente para aqueles países e populações que já sofrem as consequências das mudanças climáticas.

Questões chave como o financiamento por parte de países ricos para que os países em desenvolvimento consigam enfrentar e se adaptar à crise climática foi adiado mais uma vez. Por outro lado, mesmo sendo reconhecido os últimos dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que em agosto desse ano trouxe dados alarmantes sobre a urgência por aumento da ambição climática por parte dos países, as resoluções finais não trazem elementos suficientes para os países se comprometerem neste sentido.

Quem ganha com os acordos são aqueles que conseguem que não seja feita a mudança necessária. Neste caso, são as corporações e grupos que se beneficiam com o adiamento da ação climática. Nesta COP 26, a maior representação, se comparada com um país, foi a da indústria fóssil (petróleo e carvão, por exemplo) que levou mais de 500 lobistas para participar do espaço oficial da Conferência. Isto significa que estes grupos fizeram pressão para que as agendas do setor, principal responsável pelas emissões que geram a crise climática, se vissem o menos prejudicado possível durante as negociações. Apesar de ter sido histórica a inclusão da menção aos combustíveis fósseis no âmbito das negociações climáticas, nos últimos momentos para fechar o documento final, vimos o texto mudar de “eliminar gradativamente” para “reduzir gradativamente”. Uma diferença importante, pois não se faz uma mudança efetiva.

Neste contexto, quem mais perde são os países do Sul Global, povos e comunidades tradicionais, a classe trabalhadora (em particular, as mulheres e a população negra), que sofrem com a inação dos líderes mundiais e a pressão das corporações frente à iminência de uma tragédia climática.

A transição energética é peça fundamental para o enfrentamento imediato às mudanças climáticas, mas ela precisa acontecer de forma justa e popular. Não é suficiente transformar o modelo energético para um modelo com menor emissão de carbono. Para o movimento sindical CUTista, a transição só será justa com a participação das trabalhadoras e trabalhadores e a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, dos direitos trabalhistas e contemplando a energia, água, as florestas e os demais bens comuns como direitos humanos fundamentais e colocando no centro a vida e o trabalho.



Foto: CUT BRASIL

De outra maneira, será uma forma de perpetuar desigualdades e injustiças que são resultado do modelo neoliberal que nos levou à crise climática, social, econômica e sanitária que vivemos atualmente.

Por fim, é preciso avaliar a participação do governo brasileiro nesta COP. Mesmo com a ausência do Presidente da República na conferência, mais uma vez a participação foi baseada em mentiras. O Brasil tentou vender uma imagem diferente daquela que já estava consolidada internacionalmente do governo Bolsonaro como destruidor do meio ambiente.

O ministro Joaquim Leite negou que a Amazônia estivesse sendo devastada pelo desmatamento e incêndios, e aderiu a Acordos de Metano e o zerar o desmatamento até 2030 para tentar mostrar comprometimento. Porém, os dados sobre desmatamento divulgados em 18 de novembro e escondidos intencionalmente para a COP, confirmaram mais uma vez a verdadeira cara desse governo.

O governo brasileiro perdeu a credibilidade internacional. Mais uma vez o Brasil recebeu o prêmio “Fóssil do Dia”, criado por organizações da sociedade civil que acompanham as negociações como forma de colocar em evidência países que mais prejudicam a luta contra a crise climática.

Apesar de ser considerada uma das COPs mais desiguais e com participação restrita, a presença da sociedade civil brasileira trouxe uma forte mensagem de resistência e levou um contraponto importante ao apresentado pelo governo brasileiro.

O movimento sindical e organizações sociais não veem avanços nem compromissos suficientes por parte dos governos. Tornasse cada vez mais evidente que soluções reais para a mudança climática ficam de fora dos diálogos e negociações. Precisamos, portanto, de mudanças estruturais do modelo econômico, que refutem o produtivo, o consumismo e as gritantes e crescentes desigualdades sociais inerentes ao neoliberalismo. Para construir essa superação, além de incorporar urgentemente a agroecologia, a economia solidária, a desglobalização, temos que apontar nossas utopias à economia feminista e ao ecossocialismo.

Leia aqui: <https://bit.ly/3oQDdcP>

## ACOMPANHE O DEBATE NAS REDES

1. Le Monde Diplomatique destaca Alianças e caminhos pela justiça climática na América Latina

Leia Aqui:

<https://bit.ly/3qMT51j>

2. COP 26 e as ações do movimento sindical diante das mudanças climáticas (A Fondo con la CUT). Luz González, assessora da secretaria nacional de meio ambiente da CUT Brasil, participa do debate promovido pela CUT Colômbia.

Assista aqui:

<https://bit.ly/30x4N5x>

3. Programa Se É Público É Para todos (Sindicato dos Bancários de São Paulo)

Assista agora:

<https://bit.ly/30Cv8Pu>

O assunto é sobre o vexame do governo Bolsonaro na COP 26 e a destruição em relação à Amazônia, negociatas com madeireiros e a destruição da área preservada e da vida indígena.

4. Acompanhe o CSA Notícias sobre a COP-26

Assista agora:

<https://bit.ly/hEPIUQ>

REALIZAÇÃO:



APOIO:



# NÃO HÁ TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA SEM MUDANÇAS ESTRUTURAIS

A transição energética para uma economia de baixo carbono precisa de mudanças estruturais na sociedade, para avançar num modelo de desenvolvimento que seja justo, feminista, antirracista e sobretudo contra o neoliberalismo. Essa foi a conclusão de encontro realizado na última reunião da Cúpula dos Povos (COP 26 Coalition People's Summit), que reuniu representantes da CUT e entidades parceiras, para debater sobre os desafios para a transição justa frente às transformações no sistema energético na América Latina.

Não se trata apenas de posições políticas, ressaltou Bárbara Figueroa, da Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA), que explicou: "O nosso desafio é construir alianças nos movimentos social e sindical, mas sobretudo construir alianças fortes contra o neoliberalismo".



"É fundamental democratizar a energia. Ela continua sendo colocada como mercadoria", afirmou Danilo Urrea, da Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC). Segundo ele, o projeto da transição energética na região está nas mãos das empresas transnacionais cuja política é de criminalização dos movimentos e comunidades populares e de violência, sobretudo, contra as mulheres.

Sarah Luiza Moreira, da Marcha Mundial das Mulheres, apresentou um estudo realizado no Brasil, uma parceria da SOF com a CSA, sobre os obstáculos à democracia energética. As pesquisadoras analisaram documentos e as legislações brasileiras relacionadas ao tema e concluíram que predomina uma transição energética hegemônica, dirigida por interesses empresariais, combinados com um acelerado processo de desestatização e privatização do sistema energético brasileiro.

## MUDANÇA ESTRUTURAL

A CSA orienta em seus documentos que o debate da transição justa deve contemplar a defesa do trabalho decente, da participação popular, da liberdade sindical, a inclusão do feminismo, pensando o trabalho produtivo e reprodutivo, e ter um caráter popular, relatou Bárbara Figueroa.

Para Sarah Luiza Moreira, a transição energética precisa ser pensada para além da matriz energética. "É preciso pensar a partir da mudança das estruturas, mudar a lógica do modelo de desenvolvimento, pensar o lugar das mulheres na questão do trabalho, na produção e reprodução, buscando um processo de divisão justa do trabalho doméstico".

Para Urrea, da ATALC, a transição energética precisa ter o protagonismo dos trabalhadores, fortalecendo a soberania energética, a soberania alimentar, a defesa dos territórios e a luta pela soberania ecológica. "Fundamental para a garantia dos direitos", explicou.

Leia Aqui a matéria:  
<https://bit.ly/2YWE819>

## EXPEDIENTE

Realização: Projeto Transição Justa da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o apoio do Centro de Transição Justa. Produção e edição: Isabelle Azevedo (MTB 0002598/CE). Conheça mais sobre a transição justa. acesse o site: <https://www.cut.org.br>.